

Privatizações ficam para 2017

Programa lançado ontem terá financiamento de R\$ 30 bi e leilões a partir do próximo ano

DANILO FARIELLO, GERALDA DOCA
E GABRIELA VALENTE
economia@oglobo.com.br

BRASÍLIA, RIO E FLORIANÓPOLIS. O governo federal divulgou ontem a intenção de aportar com R\$ 30 bilhões a concessão de 34 projetos de infraestrutura a partir de 2017, mas frustrou a expectativa de que os empreendimentos pudessem criar empregos ainda em 2016, uma vez que nenhum leilão será realizado neste ano. Do total de recursos disponíveis, R\$ 12 bilhões são do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e R\$ 18 bilhões do BNDES. Quase todos os empreendimentos já estavam na lista de concessões do governo anterior, embora o governo do presidente Michel Temer tenha destacado uma nova atitude em relação ao capital privado. O programa inclui novas condições de financiamento, com o fim dos empréstimos-ponte (crédito de prazo mais curto, usado até que o concessionário obtenha o de longo prazo). O programa foi recebido por empresários e agentes privados com otimismo cauteloso e dúvidas sobre a modelagem financeira. Entre as novidades está a licitação de áreas para mineração, antecipada ontem pelo GLOBO.

As autoridades presentes ao lançamento do programa "Crescer — construindo um Brasil de oportunidades" defenderam que o setor privado e os fundos de pensão participem do financiamento das obras por meio de debêntures (títulos de dívida), em parceria com Caixa e Banco do Brasil.

Entre os empreendimentos listados para a concessão estão aeroportos, ferrovias, rodovias, petróleo e gás, energia elétrica, portos e mineração. O governo anunciou diretrizes, mas não apresentou documentos formais do programa, que devem ser publicados hoje no Diário Oficial da União.

— A reunião de hoje tem como objetivo central a produção de empregos no país. A ideia básica deste Programa de Parcerias e Investimentos, em primeiro lugar, é o crescimento econômico do país. A consequência natural é o emprego — declarou Temer, mencionando "abertura extraordinária" ao setor privado.

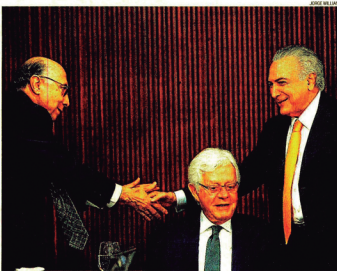
ESTRANGEIROS NA MIRA

Com o anúncio de um programa modesto — sem indicação clara de valores totais envolvidos ou de empregos gerados — o governo quer fomentar bases para reduzir a insegurança jurídica e dar estabilidade regulatória aos investidores.

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) só oferecerá a investidores editais com licenças prévias ambientais emitidas. Diferentemente do governo anterior, será retirada a participação da Infraero nos leilões de aeroportos, e as ferrovias serão leiloadas integralmente, com infraestrutura e linhas, para dar mais segurança aos interessados.

— Estamos mostrando pelo PPI que o Brasil é um porto seguro para os investimentos e que estamos garantindo a segurança jurídica necessária para os brasileiros terem serviços públicos de qualidade — disse Eliane Padilha, ministro-chefe da Casa Civil.

A lista de projetos inclui quatro aeroportos (Porto Alegre, Salvador, Florianópolis, Fortaleza), terminais portuários (inclusive um de trigo no Rio), ferrovias, rodovias, usinas e distribuidoras de energia elétrica, campos de petróleo e áreas de mineração, além de partes do sistema de saneamento básico de Rio (Cidade), Pará (Cosmapa) e Rondônia (Cared). O governo quer vender até o fim de 2017 a Lo-



Novo programa. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o secretário do PPI, Moreira Franco, e o presidente Temer

tes, empresa de loterias da Caixa. A lista de projetos foi ampliada e detalhada ontem ao longo do dia.

Na mineração, serão concedidas áreas com potencial de exploração de fosfato na fitorreira de Pernambuco e Paraíba; cobre, chumbo e zinco em Palmetópolis (TO); carvão de Candiota (RS); e cobre de Born Jardim (GO). As usinas hidrelétricas incluídas no programa já existem e serão reliciadas, conforme modelo adotado no ano passado. As distribuidoras a venda serão aquelas da Eletrobras.

Entre as ferrovias a serem leiloadas estão a ferrovia Norte-Sul, principal espinha dorsal da malha brasileira. Outro trecho será a Ferrogrão, entre Mato Grosso e Pará, a pedido do agronegócio, que vê a linha como corredor de exportação. A pedido dos chineses, entrou no programa de última hora a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fioel), que corta a Bahia entre Carité e Ilhéus. Os chineses têm planos para mineração ao longo desses trilhos.

GOVERNO CONTA COM R\$ 24 BI EM 2017 NOS COFRES

Os estrangeiros são foco do governo para atrair recursos. Eles terão mais facilidades para participar dos leilões por haver prazo mínimo de cem dias entre publicação do edital e realização do leilão e haverá a publicação de editais em português e inglês. Na próxima semana, Temer apresentará o PPI a investidores em Nova York, e deve ser acompanhado dos ministros de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e dos Transportes, Maurício Quintella Lessa.

— Temos arcabouço jurídico sofisticado e sólido, que nos permite tratar igual aqueles que queiram investir no Brasil para podermos sair da maior crise de nossa história — disse Moreira Franco, secretário executivo do PPI.

O Crescer terá um papel relevante no resultado fiscal do país já a partir do próximo ano. Deve garantir R\$ 24 bilhões e contribuir para que o remanescente das contas não ultrapasse a meta de R\$ 139 bilhões

no ano que vem. Apenas na concessão das hidrelétricas existentes, Moreira previu cobrança de outorga de R\$ 11 bilhões. Outorgas poderão ser cobradas nos leilões de aeroportos, na venda das distribuidoras de energia, eventualmente em ferrovias e campos de petróleo e no leilão da Lotes.

PETROS: PAPEL NÃO É VIABILIZAR INFRAESTRUTURA O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o programa é um salto à frente no ajuste fiscal e na retomada do crescimento.

— Com privatizações de algumas empresas estatais, a expectativa é que isso gere maior eficiência, gere melhor qualidade de serviços para todos e também arrecadação para a União, através de impostos e de uma maior capitalização das empresas estatais que são proprietárias dessas subsidiárias — disse, em entrevista ao blog do Planalto.

Ainda do ponto de vista fiscal, quando questionado sobre a multiplicidade tarifária das concessões, Moreira destacou que o dinheiro público não será usado para promover tarifas artificialmente baixas. — Não haverá substituição da aritmética pela ideologia. As tarifas serão definidas calculadas na realidade, em estudos técnicos.

Apesar do incentivo à entrada de fundos de pensão nos projetos, o presidente da Petros (da Petrobras), Walter Mendes, disse não saber se a entidade participará de algum projeto de infraestrutura.

— Não sei. Tem que olhar o que vai aparecer. O objetivo dos fundos de pensão não é viabilizar o investimento em infraestrutura do país. Seu objetivo é ter uma rentabilidade adequada, garantir a aposentadoria dos participantes. O critério que deve ser usado não é se isso é importante ou não para o país, mas se isso é rentável ou não para o fundo. ■

Colaboraram Eduardo Barretto, Renann Setti e Danielle Nogueira

PONTO A PONTO

INVESTIDORES. Os interessados nos leilões terão de aportar 20% do valor do empreendimento. Não haverá financiamento de 100% da obra. Não há restrições para investidores estrangeiros e haverá condições para participação de empresas de menor porte.

BNDES. Será o principal ator do programa de concessões, com pelo menos R\$ 18 bilhões disponíveis, atuando desde as análises iniciais, até a concessão de crédito em si para os empreendedores. Comprará as debêntures (papel de dívida das empresas, que paga juros de mercado) dos empreendimentos. E poderá financiar até 50% do valor das rodovias e até 40% dos aeroportos num empréstimo comum, corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, atualmente em 7,5% ao ano). Para o saneamento, o limite de financiamento é de 80%.

CAIXA. Vai aplicar, pelo menos, R\$ 12 bilhões de recursos do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS). Comprará debêntures dos empreendimentos.

BANCO DO BRASIL. Será o principal fiador da operação. Garantirá o pagamento dos juros das debêntures desde o início da operação até o momento em que os empreendimentos começarem a ter receita (como cobrar pedágio). É proibido de dar 100% do aval. Por isso, vai ter sempre um parceiro privado, o que minimiza o uso político da instituição.

BANCOS PRIVADOS. Serão avaliados no "sindicato de bancos" liderado pelo BB. Poderão, ainda, oferecer tanto o *funding* inicial para as operações, ao lado de FI-FGTS e BNDES, assim como participar do financiamento.

FUNDOS DE PENSÃO. São público-alvo preferido para a compra das debêntures dos empreendimentos. BNDES e FI-FGTS devem vender os papéis, quando o empreendimento começar a dar lucro e ter receita garantida mensal.

PROJETOS. São 34 nas áreas de saneamento, aeroportos, energia, ferrovias, óleo e gás, portos, rodovias e mineração. A lista inclui as hidrelétricas de São Simão (entre Minas Gerais e Goiás), Miranda (em Minas Gerais), Volta Grande (São Paulo), Pary (Santa Catarina) e Agro Trafo (Tocantins), além de seis distribuidoras de energia à venda. Serão concedidas áreas com potencial de mineração de cobre, em Goiás, carvão de candiota, no Rio Grande do Sul, fosfato, entre Paraíba e Pernambuco, e cobre, chumbo e zinco, em Tocantins.

Governo adequará contratos de licitações antigas em troca de investimentos

Mudança afetará principalmente as concessões de rodovias

BRASÍLIA E RIO. O governo vai prorrogar o vencimento de contratos antigos de concessão e permitir que os concessionários aumentem o valor da tarifa em troca de novos investimentos, principalmente em rodovias. Além disso, pretende relicitar concessões realizadas na gestão petista, diante da dificuldade dos consórcios em obter financiamentos para investir e pagar outorga à União, como os aeroportos. Para mexer

nos contratos assinados, foi aprovada ontem, na reunião do PPI, uma Medida Provisória (MP), que deverá ser editada em breve. A MP dará ao secretário do PPI, Moreira Franco, status de ministro.

Segundo o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, a prorrogação do contrato ou a elevação de tarifas ou a combinação dos dois mecanismos será adotada nas situações em que o prazo da concessão já tenha passado de 50% e esteja perto do fim (faltando apenas 10% para o vencimento). Nestes casos, o concessionário não tem mais interesse em fazer investimentos, mesmo que haja demanda. Estão no ra-

dar a renovação antecipada da concessão de duas rodovias que passam pelo Rio e que vencem em 2021: Dutra e BR-040.

RELICITAÇÃO DE PROJETOS

No caso da Dutra, a proposta é prorrogar o contrato por mais 16 anos. O concessionário seria obrigado a construir nova pista na subida da Serra das Araras e várias melhorias ao longo da via, como acessos marginais, viadutos e terceira faixa, um investimento de R\$ 3,4 bilhões. Na BR-040, a exigência é construir nova subida na serra, que vai substituir a atual da Rio-Petrópolis. A MP ainda uma determinação do Tribunal de Contas da

União (TCU), que vinha defendendo uma nova licitação.

O ministro confirmou que o governo quer relicitar concessões que estão se apresentando inviáveis. A ideia é que o controlador do consórcio seja afastado e os outros sócios possam formar novo grupo para entrar na disputa. Neste caso, caberá ao novo vencedor pagar a indenização pelos investimentos realizados.

O ministro evitou citar nomes, mas os casos mais críticos são Galeão, operado pelo consórcio RIOgaleão (do qual 49% são da Infraero, e 51% são divididos por Odebrecht Transport e Changi Airports International), e Viracopos-Campinas (consórcio Aero-

portos Brasil, formado pelas empresas TPI — Triunfo Participações e Investimentos, UTC Participações e a francesa Egs Airport Operation, além da Infraero).

Os presidentes de concessionárias de aeroportos se reúnem hoje para debater a relicitação. Segundo uma fonte do setor aéreo, a ideia teria partido da Casa Civil. Procurada, a Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos (Aneaa) não fez comentários.

Os concessionários de aeroportos já propuseram o adiamento do pagamento de outorgas de 2016 para o fim do ano e mudança no modelo a partir de 2017. Os defensores da relicita-

ção alegam que mexer nesse formato de pagamento daria sinalização de insegurança jurídica aos investidores internacionais. A MP visa a resolver, sobretudo, problemas criados nos consórcios com o envolvimento de empreiteiras na Operação Lava-Jato. Além de aeroportos, o governo avalia relicitar duas rodovias: BR-153, de Anápolis-GO a Aliança do Tocantins-TO (arrematada pela Galvão Engenharia) e BR-163/MT, concedida à Odebrecht. (Geraldina Doça, Danilo Fariello, Gabriela Valente e Danielle Nogueira) ■

Modelo prevê menor intervenção estatal, na página 22